

# Agrupamento de Escolas José Belchior Viegas: a missão e a envolvimento com a comunidade educativa

## Entrevista a Nídia Amaro e Olga Ludovico

**Maria Helena Horta**, Universidade do Algarve, Portugal (hhorta@ualg.pt)

**Catherine Simonot**, Universidade do Algarve, Portugal (csimonot@ualg.pt)

**Suzi Rodrigues**, Universidade do Algarve, Portugal (suzisilvarodrigues@gmail.com)

**Resumo:** O artigo que aqui se apresenta é fruto de uma entrevista informal entre duas docentes da ESEC/UAlg e membros da direção do Agrupamento de Escolas José Belchior Viegas, em S. Brás de Alportel. Visa propor uma reflexão em torno de documentos orientadores e estruturantes da ação pedagógica e curricular dos docentes de Educação Básica por parte Ministério da Educação, a fim de conhecer melhor o que se faz no contexto deste agrupamento.

**Palavras-chave:** avaliação, educação básica, flexibilidade curricular, inclusão, trabalho colaborativo

**Abstract:** The article presented here is the result of an informal interview between two ESEC/UAlg teachers and members of the board of directors of the José Belchior Viegas School Group in S. Brás de Alportel. It aims to propose a reflection on the guiding and structuring documents of the pedagogical and curricular action of Basic Education teachers by the Ministry of Education, in order to know better what is being done in the context of this group.

**Keywords:** basic education, collaborative work, curriculum flexibility, evaluation, inclusion

### Introdução

A propósito da publicação de alguns documentos orientadores e estruturantes da ação pedagógica e curricular dos docentes da Educação Básica, por parte do Ministério da Educação do XXI Governo Constitucional, nomeadamente: o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória; as Aprendizagens Essenciais; a Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania; as Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar; e os Decretos-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho e o n.º 55/2018, de 6 de julho, entrevistou-se a Diretora de Agrupamento de Escolas José Belchior Viegas, de São Brás de Alportel – Prof. Nídia Amaro – e a Adjunta da Direção – Ed. Olga Ludovico – a fim de conhecer melhor a missão e a envolvimento que este agrupamento tem vindo a desenvolver na região e com a comunidade educativa.

### Maria Helena Horta: O que é que o Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, trouxe de novo à prática educativa do vosso agrupamento?

**Nídia Amaro:** De um modo geral, o Decreto-Lei n.º 55/2018 não trouxe grandes novidades para nós, porque já tínhamos uma forma de trabalhar um pouco diferente. No entanto, trouxe uma legitimação das práticas que já desenvolvíamos. Muitas das práticas que já tínhamos adotado, porque, pedagogicamente, considerávamos que eram adequadas, não tinham, explicitamente, um suporte legal que as sustentasse. Mas é óbvio que nos trouxe algumas outras novidades: essencialmente uma forma de trabalhar diferente, até de organização pedagógica, tendo em vista o aluno ou a turma. Muito mais do que a lógica que tínhamos instituída inicialmente, que era a organização mais por departamento curricular. Planificava-se a

ação educativa por cada departamento, por cada disciplina, e este novo decreto veio fazer-nos pensar a ação educativa visando o aluno ou aquele grupo de alunos, no caso da turma ou no caso do ano. A organização de projetos multidisciplinares, que o decreto veio chamar de DAC [Domínios de Autonomia Curricular], a organização de atividades em articulação, desde o pré-escolar até ao secundário, em que o decreto também tem um grande enfoque, isso tudo já tínhamos. Inclusivamente, até já tínhamos uma disciplina a funcionar em regime de semestralidade. Tínhamos, no 3.º ciclo [do ensino básico], a semestralidade na disciplina de oferta de escola, que poderia ser: música ou artes e TIC [Tecnologias de Informação e Comunicação], e estas disciplinas estavam organizadas semestralmente. Portanto, os alunos podiam escolher música ou artes que depois semestralizava com TIC. O decreto permitiu que continuássemos a ter essas disciplinas (Música e Artes), não como oferta de escola, mas como complemento à educação artística, que se continuam a desenvolver-se em regime de oferta complementar. Na prática não mudou nada, só mudou o nome, mas depois veio trazer a possibilidade de semestralizar outras disciplinas. Qual é, na minha ótica, a vantagem da semestralização? É que no 3º ciclo, especialmente, existe uma panóplia de disciplinas: os alunos têm, ao mesmo tempo, muitíssimas disciplinas, salvo erro são treze ou catorze, não as contei exatamente.

**Maria Helena Horta: Por ano letivo?**

**Nídia Amaro:** Sim, por ano letivo. Este ano semestralizamos no 7.º e no 8.º ano, aliás, vamos começar pelo 2º Ciclo. Semestralizámos nos 5.º e 6º anos a disciplina de TIC com a de Educação Tecnológica, porque a matriz curricular veio inserir a TIC como disciplina obrigatória, o que é uma novidade do Decreto-Lei n.º 55/2018, e das portarias subsequentes: a Portaria 223A/2018 (Ensino Básico); a Portaria 226A/2018 (Ensino Secundário; e a Portaria 235A/2018 (Ensino Profissional), que operacionalizam os Decretos-Lei n.º 54/2018 de 6 de julho e n.º 55/2018, de 6 de julho. O ano passado, no 5º ano, oferecemos uma hora só de educação tecnológica e depois criamos uma disciplina que era *Tecno 5*, para tentar colmatar, dentro do complemento à educação

artística, porque a matriz prevê um complemento à educação artística. No complemento à educação artística incluímos *Tecno 5* que era um pouco dentro desta área, mais para compensar o tempo retirado à educação tecnológica, mas chegou-se à conclusão, no fim do ano, quando foi feito o balanço, que não funcionava. Então este ano instituímos a semestralidade: os alunos têm 135 minutos de TIC no primeiro semestre e no segundo semestre substituem por 135 minutos de educação tecnológica, e outras turmas ao contrário. No 3º Ciclo, temos como semestralidade: nos 7.º e 8º anos, História, Geografia, Ciências Naturais e Físico-Química. No entanto, a conjugação de disciplinas é diferente: enquanto, no 7º ano num semestre têm História e Geografia, no outro semestre têm Ciências e Físico-Química; no 8º ano, num semestre têm Ciências Naturais e Geografia e no outro História e Físico-Química, porque nas aprendizagens essenciais há conteúdos comuns entre a Geografia e as Ciências Naturais. Para quê? Para reduzir o número de professores e de disciplinas. Para reduzir o número de conselhos de turma que os professores têm, mas, acima de tudo, para reduzir o número de disciplinas que os alunos têm e para aumentar a carga horária semanal, porque com maior carga horária semanal temos muito mais possibilidade de fazer trabalho prático em aula. Esta matriz curricular, organizada por semestres, permite ter mais tempo para esse tipo de trabalhos práticos e proporcionar uma aprendizagem em que os alunos sejam muito mais autores do seu próprio conhecimento. O que é que trouxe de novo? Trouxe uma nova forma de trabalhar, uma nova forma de pensar, que já era muito posta em prática neste agrupamento, mas que este decreto-lei [n.º 55/2018, de 6 de julho] veio, de facto, permitir cimentar, generalizar, e dar um suporte legal nalgumas práticas que se vinham desenvolvendo, tais como: a semestralidade, o trabalho projeto a articulação de disciplinas na mesma carga horária, o facto de se pensar a educação centrada no aluno e centrada na turma. Foi essencialmente isto.

**Olga Ludovico:** Todos estes princípios estão no projeto educativo do agrupamento. Portanto, era algo que já se vinha fazendo, que já se vinha pensando e que, da parte de quem estava na gestão, já era muito pensado e já havia muito a tentativa de incentivar

todo o corpo docente a trabalhar desta forma. Eu penso que este decreto-lei ajudou, de facto, a chegar a todos os professores e reforçou, no nosso caso, esse trabalho que já vinha sendo feito, reforçou essas práticas junto dos professores.

**Nídia Amaro:** Inclusivamente legitimou junto dos pais algumas ousadias que tínhamos.

**Olga Ludovico:** Por exemplo, o trabalho de projeto. Havia professores, como é obvio, que já trabalhavam na metodologia de projeto e que para os encarregados de educação que estão formatados por outro tipo de escola, era difícil perceber e questionavam: o que é que aquele professor está a fazer com o meu filho, como é que ele dá as aulas, como é que ela avalia? E agora, com base nesta legislação, naturalmente as pessoas vão percebendo, vão compreendendo e vão-se apropriando de que a escola mudou e que os professores estão a ensinar de forma diferente, passando a colocar o aluno no centro de processo de ensino e aprendizagem.

**Nídia Amaro:** Apesar de sermos sempre uma escola muito aberta aos encarregados de educação, com esta nova metodologia, com este novo decreto e o trabalho que aqui desenvolvemos, envolvemos ainda mais os pais na construção dos projetos da turma, o que os ajuda a compreender melhor a nossa lógica de funcionamento. É claro que a mudança se prevê gradual e contextualizada, porque as mudanças geram a insatisfação própria da mudança. É muito difícil mudar, se não for com os pais, se não for com os professores em primeiro lugar, e também com os alunos, porque eles próprios são críticos do seu processo de aprendizagem porque ouvem em casa os comentários dos pais. A nossa principal preocupação, ao longo do ano passado em que entrou em vigor esta questão do decreto-lei n.º 55/2018, foi a preparação da comunidade educativa. Foi através de muita formação que, no ano letivo 2018/2019, nos preparámos para a mudança. No ano passado, foi proporcionada aos nossos professores, fora e dentro do agrupamento, imensa formação para que sentissem a necessidade de alterar as suas práticas. O que é que fizemos depois? Com todos os projetos que foram desenvolvidos e com todas as formas de trabalhar diferentes promovemos, no fim do ano letivo, umas jornadas pedagógicas, que

também elas ocorreram através de uma metodologia ativa. Durante três dias, em que era suposto trabalhar em grupo, trabalhar por departamento, e depois apresentar os trabalhos realizados e dizer como é que podemos concretizar para o próximo ano letivo. Nós aqui no agrupamento somos muitos ousados, mas eu costumo dizer que ousadia não é sinónimo de irresponsabilidade e, ao longo do ano letivo passado, fomos todos pensando o que é que poderíamos fazer para melhorar, no ano seguinte. Nestas jornadas pedagógicas, que correram maravilhosamente bem, as pessoas envolveram-se muito, nos próprios grupos: Uns analisavam as aprendizagens essenciais de cada disciplina e depois juntavam-se entre grupos para perceber que conteúdos eram comuns a outras disciplinas. Outros analisavam as aprendizagens essenciais de vários anos, para programar o trabalho de cada disciplina, tendo em vista uma adequada sequencialidade do currículo entre ciclos. Essa foi a forma de organizarmos este ano com base naquilo que as pessoas vivenciaram o ano passado, com base na formação que tiveram e depois com base nesta troca de experiências e partilhas. Porque nós somos um agrupamento, como eu costumo dizer “*desde a fralda à universidade*”, organizamos a educação desde o pré-escolar até ao 12.º ano e, muitas vezes, o que se faz no secundário não é conhecido do básico ou não é conhecido do pré-escolar, e vice-versa. Estas jornadas também permitiram a partilha de bons projetos, os tais que a Olga referiu, que já fazíamos mesmo sem flexibilidade, e os outros que fizemos no ano passado, a “*gatinhar*” oficialmente na flexibilidade. E isto foi para quê? Para conhecer, motivar, para sentir a necessidade de mudar. E porque é que a mudança se prevê gradual? Se não for gradual e se não for sentida por muitos, não funciona.

**Olga Ludovico:** Em relação a tudo isto que a Nídia disse, esta formação que foi imensa...foi uma preocupação, foi uma conjugação daquilo que se ia percebendo que era necessário fazer, face à mudança que estávamos a implementar, mas também consoante as necessidades que os docentes apresentavam e as dificuldades que sentiam, e tentámos facultar formação tendo em conta esses aspetos. A formação proporcionada foi sempre no sentido de envolver os professores

e não apenas de debitar informação. O que é que nós sentimos? Que as pessoas se aperceberam que havia outras formas de ensinar, que na verdade era possível fazer aprender de outra forma para além daquela que faziam continuamente. Nós temos um corpo docente, aqui que não é diferente das outras escolas, é maioritariamente um corpo docente já mais envelhecido, na volta dos 30 anos de serviço, são pessoas com muita experiência e muito saber acumulado. Mas também por terem muita experiência, também estão, inevitavelmente, muito rotinizadas naquilo que fazem. Com esta formação, com esta proposta de trabalhar de outra forma e de trabalhar com outros, os professores perceberam que, afinal, há outras formas de levar a cabo o processo de ensino e aprendizagem, que isoladamente teriam receio de arriscar. Esta formação que nós proporcionámos não foi só para o pessoal docente, o que é importante referir, foi também para o pessoal não docente e para os pais e encarregados de educação, em moldes diferentes e adequados, mas sempre em acordo com aquilo que nós fomos observando, refletindo e ponderando e considerávamos ser necessário para a mudança. Eu queria reforçar, para além desta questão da formação, o trabalho de proximidade que é feito com as pessoas: existe muita proximidade, muita conversa, e se percebemos que há uma necessidade, que há uma angústia, que há uma insegurança - que nós todo temos muitas -, vamos tentar encontrar mecanismos de resolver a questão, num contexto de supervisão para que o outro se sinta apoiado e acompanhado. Portanto, além desse trabalho de proximidade, existe também um investimento muito grande no trabalho colaborativo. É claro que se a pessoa se sentir acompanhada e se estiver envolvida com outros colegas que podem ser da mesma área ou não, as mudanças são sempre mais tranquilas. São menos dolorosas e também trazem mais satisfação, porque, simultaneamente, constituem aprendizagens partilhadas.

**Nídia Amaro:** Ainda na sequência da formação, acrescento que até para nós, diretores, houve imensa formação.

**Catherine Simonot:** Para resumir um pouco, podemos dizer que esta mudança se podia traduzir em tornar a escola, ou até a educação, num projeto coletivo

que abarca toda a comunidade educativa, inclusive os encarregados de educação.

**Nídia Amaro:** Sim. Porque sem este sentir coletivo não é fácil implementar qualquer mudança. É difícil...

**Olga Ludovico:** Nestes processos de mudança também é muito importante o trabalho desenvolvido com a comunidade envolvente, que são nossos parceiros: o Centro de Saúde, a GNR, a Câmara Municipal, a Biblioteca Municipal, a Quinta Pedagógica... todos esses parceiros são muito importantes na implementação destas mudanças, porque têm conhecimento específico em determinadas áreas e ajudam-nos a conhecer e a fortalecer o conhecimento. Isto é um puzzle muito difícil de montar. Porque é uma flexibilidade balizada! Portanto, há limites. Há questões das horas de cada disciplina. Conjuguar tudo isto... é um trabalho árduo, é um puzzle complicado de fazer e que implica muitas horas de pensar e repensar a melhor forma de fazer.

**Nídia Amaro:** Perguntava-me há pouco porque é que fomos para estas disciplinas em semestralidade e não outras?

**Maria Helena Horta: E como conciliaram com as outras que seguiram o seu regime [por períodos]?**

**Nídia Amaro:** No final do primeiro período, os alunos têm a avaliação da disciplina que têm em regime semestral no primeiro semestre. Quando acaba o semestre há um conselho de turma para fazer a avaliação dessa disciplina, que é comunicada aos alunos em termos qualitativos. A meio do primeiro período há também sempre um reporte aos encarregados de educação e aos alunos. Aliás, aos alunos o reporte é quase diário, mas tanto os alunos como os encarregados de educação, como a disciplina fica concentrada num semestre, têm de ter consciência disto: têm de se esforçar durante todo o período em que a disciplina acontece. No fim do semestre, essa avaliação é guardada pelo conselho de turma, sendo apenas dada informação qualitativa aos pais. No conselho de turma de avaliação do fim de ano letivo, a classificação é tida em conta para a transição ou não transição do aluno juntamente com a disciplina do segundo semestre e com todas as outras disciplinas. Pode ainda haver uma alteração de avaliação, mediante votação do conselho de turma, se estiver em causa a retenção ou a progressão do aluno, tendo em conta a avaliação

global que é feita, o que já pressupõe pensar-se muito nas competências específicas de cada aluno, de forma global. É óbvio que os alunos também têm que se habituar a este regime, mas, como já referi, há sempre um *feedback* a meio do primeiro período, depois há outro no final do primeiro período e ainda há o *feedback* até ao fim do primeiro semestre. A disciplina funciona em regime semestral e o professor e os alunos, todos têm de saber estas regras e também os encarregados de educação. Saliento que isto não foi nada inventado por mim [diretora], nem pela direção do agrupamento: foi tudo construído com os próprios professores.

**Olga Ludovico:** Sim, porque os professores tiveram muitas oportunidades de trabalhar em conjunto e foram-lhes dadas essas oportunidades de se juntarem e trabalharem colaborativamente. Tivemos a preocupação de que os professores não trabalhassem sempre com os do mesmo grupo, mas com outros, para que assim fosse possível fazer este tipo de construção e gestão do currículo.

**Maria Helena Horta:** Além da formação, houve mais estratégias para a promover a motivação dos docentes? Porque nós depreendemos que, num agrupamento tão grande, nem todos estejam no mesmo nível de motivação. Foi por parte da direção que partiram estas mudanças que já havia antes do decreto-lei n.º 55/2018? Por outras palavras, qual o papel da direção no envolvimento e na motivação dos docentes?

**Nídia Amaro:** O nosso papel foi essencialmente de fazer sentir a necessidade de mudança. O ano passado, por exemplo, nós trabalhámos imenso o perfil do aluno, as aprendizagens essenciais de cada disciplina. Nos grupos, nos departamentos e ao nível do conselho pedagógico, debatemos muito estas questões e as pessoas trabalharam muito para perceberem e sentirem que, de facto, era uma necessidade, que era importante mudar e, além da formação, também tiveram a oportunidade de conhecer muitos outros projetos de outras escolas e agrupamentos, porque alguma da formação tinha muito a ver com partilha de experiências. Eu penso que, acima de tudo, o mais importante foi pôr as pessoas a construir esta mudança. Depois as jornadas pedagógicas em que, durante três dias, os

professores deste agrupamento foram colocados a trabalhar uns com os outros e a construir o que queriam para este ano letivo, foram muito importantes para dar corpo ao projeto, constituindo-se como a principal motivação. Porque, se a direção de *per si* tivesse pensado que queria fazer a semestralidade sem a participação dos professores na construção desse processo, seria muito mais difícil. Eu digo que seria mais difícil porque, ainda hoje, com tudo isto, eu continuo a ter alguns, poucos, mas alguns professores que não estão muito motivados.

**Olga Ludovico:** Eu penso que é pertinente considerar também como muito importante para a mudança o efeito de contágio e os reflexos do trabalho colaborativo. A constatação de que os nossos alunos estão a aprender, que podem aprender de forma diferente e que conseguimos ensinar e fazer as coisas de forma mais consonante com a realidade atual são, em meu entender, aspetos muito relevantes a considerar.

**Maria Helena Horta:** Temos vindo a falar muito na gestão curricular que tem vindo a ser feita antes e após o decreto-lei n.º 55/2018. Que tipo de projetos existem neste agrupamento, à luz deste decreto-lei e de outros documentos estruturantes: como o perfil do aluno à saída da escolaridade obrigatória; as aprendizagens essenciais; a estratégia nacional de educação para a cidadania; as próprias orientações curriculares [para a educação pré-escolar]; e o decreto-lei n.º 54/2018? Nomeadamente, por exemplo, a ligação entre a educação pré-escolar e os outros níveis educativos?

**Nídia Amaro:** As jornadas pedagógicas, que classifico como o grande projeto de fim do ano letivo passado e início deste, que aglutinaram todas as práticas e que nos ditaram a organização para este ano.

**Maria Helena Horta:** E prevêm retomar? Fazer novamente?

**Nídia Amaro:** Prevemos retomar. Não sei se nos mesmos moldes, se noutra formato diferente. Essa é a grande questão. A outra questão é a organização do currículo de forma a que ele faça mais sentido para os alunos tentando que, através do cruzamento de vários saberes, os alunos consigam perceber a função da educação, que não é saber História e Geografia, mas é ser competente em termos de perfil dos alunos. É o

que, verdadeiramente, se pretende. Por outro lado, quando elaboramos o nosso plano anual de atividades, todas elas são programadas com uma ligação com o nosso projeto educativo, ou seja, referimos quais são as linhas orientadoras do projeto educativo para as quais aquelas atividades ou projetos mais concorrem. Também passaram a ter, desde o ano passado, uma identificação das competências do perfil do aluno, para as quais mais contribuem. Os próprios critérios de avaliação também têm ligação às competências do perfil do aluno que se pretendem desenvolver/avaliar com este ou aquele instrumento. Estou a falar em termos gerais de organização. Outro projeto que estamos a desenvolver é o funcionamento por equipas pedagógicas. Nós sempre trabalhamos muito colaborativamente por grupos disciplinares e por departamentos curriculares. Este ano o trabalho colaborativo está organizado por equipas pedagógicas, por ano *versus* conselho de turma. Todos os professores, que lecionam nos anos abrangidos pela flexibilidade curricular se reúnem, por equipas pedagógicas, a cada quinze dias, para pensarem como é que cada disciplina pode contribuir mais adequadamente para o sucesso e desenvolvimento daqueles alunos, que projetos comuns podem ser desenvolvidos. Outra iniciativa inovadora está relacionada com a nossa estratégia de educação para a cidadania. No ano passado, a coordenadora da estratégia nacional de educação para a cidadania, em colaboração com a equipa, e ouvidos alguns diretores de turma dos anos envolvidos, desenvolveu uma estratégia cujo lema é “*A participação democrática na Escola*”. Com os anos abrangidos, no passado ano letivo, pela autonomia e flexibilidade curricular, foram feitas várias sessões de trabalho na modalidade de *world café* em que participaram o conselho de turma, os encarregados de educação representantes de turma, os alunos, um ou dois funcionários por turma, e, em grupo, construímos a estratégia de educação para a cidadania, tentando responder a questões, tais como: como é que eu posso melhorar a minha turma? como é que eu posso melhorar a minha escola?, o que permitiu desde logo a participação ativa de todos estes intervenientes. Desta forma, foram construídos alguns projetos que estamos a desenvolver agora, tudo dentro da ótica da participação demo-

crática na escola. Este ano, alargámos esta experiência aos 6.º e 8.º anos, através de reuniões de pais participadas, com o objetivo de as tornar mais dinâmicas e com maior envolvimento parental na estratégia da educação para a cidadania. Agora, depois deste trabalho, se me perguntarem, qual é o grande projeto da Escola? Embora o Conselho Pedagógico tenha definido como prioridade a sustentabilidade, a consciência ecológica, não há nenhum grande projeto ou nenhum grande tema, porque eu quero que as equipas pedagógicas construam o seu projeto à medida da sua turma, das necessidades dos seus alunos. Apesar de terem sido identificados grandes temas, existe liberdade para que as diferentes turmas desenvolvam os seus próprios projetos. O 5.º ano está a desenvolver um projeto maravilhoso que se estenderá até ao 6.º no próximo ano letivo, que envolve várias disciplinas: Português, História e Geografia de Portugal, Ciências Naturais, Matemática, Educação Física, e trata-se de conhecer o património local, explorá-lo ao nível das várias disciplinas e depois criar percursos pedagógicos na nossa vila ou no nosso concelho.

**Olga Ludovico:** Falta referir dois projetos que eu acho que são igualmente importantes: um deles é do pré-escolar e do 1.º CEB, que é o projeto *Felizmente*. Este é um projeto muito direcionado para a meditação com as crianças. Nasceu do interesse e da necessidade dos docentes, de encontrarem estratégias alternativas para lidarem com as situações como a irrequitude, a falta de concentração e alguma dificuldade gestão de conflitos junto dos alunos. Neste contexto, o agrupamento promoveu formação para os educadores e professores interessados em implementar este projeto e, a partir daí, com algum acompanhamento por parte da formadora, e momentos de trabalho para reflexão e planificação de novas ações, os docentes levaram a cabo o projeto durante todo o ano letivo. Este ano tem havido continuidade, já com autonomia por parte dos docentes. Com este projeto pretende-se que as crianças aprendam a respeitar-se (que também tem muito a ver com a educação para a cidadania), a respeitar o outro, a saber estar, que eles aprendam logo desde pequeninos que há outras formas de resolver os problemas e as situações, que não só aquelas formas que têm tendência a recorrer normalmente. Há outro pro-

jeto também muito interessante, que é só da educação pré-escolar, denominado *Biblioterapia: histórias com Mimos*. É um projeto que pretende incentivar, por um lado, a leitura e o recurso às histórias, mas acompanhado de uma outra dimensão que é a parte da massagem: é um projeto que conjuga o interesse pelas histórias e pelo livro associado à massagem, ou seja, ao bem-estar. A massagem aqui não é vista como uma massagem comum, mas como uma forma de autoconhecimento. Trabalhar a questão do autoconhecimento, do autocontrolo e do respeito, do respeito pelo nosso corpo, por nós próprios e pelo outro. É um projeto que tem muitas regras no que toca a esta questão do toque - o toque positivo. Quem faz, quem toca no corpo de uma criança é outra criança, ou a educadora ocasionalmente, mas é outra criança, só com a autorização do colega, e visa este autoconhecimento, este autocontrolo e o respeito por si e pelo outro. É isto que se pretende. Estes projetos têm sido muito bem aceites pelas famílias e estou a dar-lhes enfoque porque tentamos começar o mais cedo possível a criar as bases na formação das crianças para que elas, no seu percurso de crescimento, consigam aprender a conhecer-se e a gerir as situações e os conflitos de forma diferente daquelas com que nos deparamos muitas das vezes. Portanto, o investimento é principalmente por aí: porque percebemos que as formas convencionais de resolução de problemas na escola já não resultam.

**Nídia Amaro:** O que a Olga está a dizer é uma das formas de começar nesta questão, porque o nosso Projeto Educativo, além de ter as linhas orientadoras, a missão, a visão, tem algo a que nós chamamos uma *Linha Vertical Agregadora de Todos os Ciclos*, que é a promoção do desenvolvimento de atitudes na escola e em sala de aula e a promoção da capacidade de concentração e de responsabilização dos alunos face às aprendizagens que devem realizar. A definição desta linha, decorreu da identificação de algumas situações de falta de autocontrolo e também falta de autorresponsabilização pelo seu percurso, pelo que é extremamente importante envolvimento dos alunos e dos pais na construção de projetos de turma. Todas estas questões devem ser trabalhadas desde o pré-escolar para o treino de competências

sociais, relacionais, emocionais e até comportamentais, sendo dada continuidade nos outros ciclos. No 3.º ciclo desenvolvemos, no âmbito da educação para a saúde, uma parceria com a ARS [Administração Regional de Saúde] e com Ministério da Saúde, o projeto *Mais Contigo*, que visa, precisamente, o treino de competências relacionais, de autoconhecimento e autocontrolo, tendo em vista a promoção do equilíbrio emocional e da saúde mental, em última instância.

**Catherine Simonot:** **A mudança, neste contexto, acontece muito ao nível da inovação pedagógica e passa muito pelo desenvolvimento de projetos. No vosso caso, poucas referências foram feitas às TIC [Tecnologias de Informação e Comunicação] e em muitas escolas que nós conhecemos, passa um pouco pela inovação através das tecnologias. Eu queria saber se no vosso caso as TIC têm um lugar privilegiado ou se tem sido um aspeto secundário nas vossas preocupações?**

**Nídia Amaro:** Podemos dizer que têm tido um lugar privilegiado dentro daquilo que são as normas, as regras que temos de cumprir e as disponibilidades de crédito horário para a distribuição de serviço docente porque, até a entrada em vigor do decreto-lei n.º 55/2018, as TIC não existiam no currículo, mas nós tínhamos TIC nos 7.º e 8.º anos como oferta de escola. Fomos nós que decidimos oferecer TIC, daí a valorização que damos a esta área. Este decreto-lei veio colocar as TIC no currículo obrigatório dos 5.º e 6.º anos porque, de facto, os nossos alunos são *experts* em redes sociais, mas ainda são muito inábeis em termos de utilizar as TIC ao serviço do currículo. Essa foi uma questão tão importante, que durante dois anos letivos desenvolvemos um projeto de introdução à programação com o 1.º Ciclo, em que tivemos como parceiro a câmara municipal que, neste contexto, nos forneceu doze computadores portáteis para termos nas escolas do 1.º CEB, que os professores da programação levavam de um lado para o outro, e que agora continuam ao serviço das escolas. Mas o desenvolvimento destes projetos não depende só da nossa vontade, mas também da disponibilidade de crédito horário e da nossa organização para atribuir horas a esta componente do currículo,

porque sentimos de facto essa necessidade. Nós temos, inclusivamente, vários professores que têm desenvolvido formação ao nível do *Kahoot* ou outro tipo de aplicações para utilizar o telemóvel em sala de aula e temos vários professores que o utilizam. Porque os alunos têm de perceber que podem utilizar aquele instrumento, como um instrumento pedagógico. Se nós utilizarmos estratégias para demonstrar a utilidade daquele equipamento, ao nível mais do 3.º CEB e do secundário, os alunos vão perceber que afinal os professores não são contra os telemóveis, mas que têm de saber que há regras para os utilizarem, assim como há regras para usar a bola de futebol. Agora, se me perguntarem se as escolas têm os equipamentos necessários para esta realidade? Não. É uma luta diária que nós temos para canalizar algum dinheiro das receitas próprias para a compra de equipamentos. Isso é desculpa para não fazermos? Eu procuro que não seja e luto diariamente por isso.

**Maria Helena Horta: Exato. De forma resumida, a inovação educativa também não passa só por aqui. De tudo aquilo que vocês já testemunharam, e que é prática deste agrupamento, não é esta a componente mais importante, a da inovação educativa, ou será...?**

**Nídia Amaro:** Se quer que seja um bocadinho provocatória, vou responder-lhe com uma afirmação provocatória: pode inovar-se mais com uma folha de papel de cenário do que numa sala de aula com vinte computadores.

**Olga Ludovico:** Eu só queria reforçar um pouco a importância de termos *experts* em determinada área e a importância que isso pode ter no desenvolvimento das nossas práticas educativas: temos um professor bibliotecário com vastos conhecimentos ao nível da informática e da robótica. Aqui temos o exemplo de como isso pode trazer inovação, que é o que tem feito, tem desenvolvido projetos interessantes ao nível, por exemplo da *Transmídia*. Todos tiveram acesso àquela atividade das histórias que este colega fez com o auxílio de alunos dele, do Clube de Robótica. Fizeram apresentações muito interessantes em contexto de biblioteca ao nível da *Transmídia* para todas as crianças do pré-escolar. O ano passado tinha feito para os do 1.º CEB e também temos previstas algumas sessões,

também com o apoio desse professor bibliotecário, ao nível da literacia digital, que é algo que nós também queremos trabalhar um pouco essa informação com os alunos, colegas e encarregados de educação.

**Nídia Amaro:** Este colega é uma pessoa muito dedicada a essas questões e a projetos inovadores. Ele tem feito vários projetos que tem candidatado ao programa *Ciência na Escola* da Fundação Ilídio Pinho e que tem sido vencedor há dois ou três anos sucessivos. Além de ser uma experiência muito enriquecedora para os alunos, esses prémios são sempre prémios de alto valor monetário, que temos investido quase sempre em equipamento informático, em tecnologia. Num dos anos, com o dinheiro do prémio *Ciência na Escola* da Fundação Ilídio Pinho, comprámos tablets para todas as bibliotecas escolares. Portanto, todas as bibliotecas têm tablets que os alunos podem utilizar.

**Maria Helena Horta: A avaliação requerida pelo decreto-lei n.º 55/2018 é uma avaliação também de carácter formativo. Querem falar um pouco sobre a vossa experiência?**

**Nídia Amaro:** O conselho pedagógico, juntamente com a direção, no ano passado, constatou que os tradicionais instrumentos de avaliação, os testes, não respondiam a esta nova forma de trabalhar. Era preciso diversificar, e até a forma de construir os instrumentos de avaliação também tinha que ser repensada, porque começámos a sentir que a avaliação começava a ser um problema. Usando uma linguagem comum, mas que é muito perceptível, afirmo que não podemos “*ensinar à moderna e avaliar à antiga*”. Desde o ano passado que nos preocupamos com isso, pelo que começámos a fazer várias pesquisas logo no processo de construção dos critérios de avaliação, no ano letivo passado. Quando quisemos relacionar os critérios de avaliação ao perfil [do aluno à saída da escolaridade obrigatória], às competências essenciais, e construir os descritores, tivemos de perceber como é que tudo funcionava e começou aqui a surgir a nossa necessidade. Então os nossos coordenadores de departamento começaram a manifestar necessidade de formação nesta área, para melhorar a compatibilidade entre os critérios e os instrumentos de avaliação. Cada professor, cada conselho de turma, cada grupo disciplinar escolhe quais os instrumentos de avaliação que usa



para avaliar os seus alunos, tendo em conta o objeto da avaliação e a metodologia utilizada. A única coisa que sempre fizemos questão, e que continuamos a fazer, é que os alunos e os encarregados de educação estejam plenamente informados da forma como vão ser avaliados. Este ano a Olga Ludovico, a minha adjunta de direção, foi convidada para fazer parte do projeto MAIA [Monitorização, Acompanhamento e Investigação em Avaliação Pedagógica]. É um elemento que o centro de formação dos professores de Loulé escolheu para ter essa formação por parte do Ministério e depois replicar, o que significa que as nossas preocupações também andam a par das preocupações do ministério nesta área. Eu fico muito feliz por ter a Olga a participar neste projeto, porque vamos ter cá dentro, o que os outros terão lá fora.

**Olga Ludovico:** Eu acho que vai ser muito interessante porque a filosofia subjacente não é a de impor nada às escolas, nem aos docentes. É de respeitar o que já está a ser feito, aferir terminologias, refletir e questionar as práticas e tentar melhorar. A vida das escolas é ensinar e avaliar. O que se pretende é uma grande ligação entre a gestão do currículo e a avaliação. Não descurando aquilo que os professores já fazem, é algo que se quer construir com os docentes no terreno, ou seja, melhorar aquilo que já se faz. Visa-se, portanto, um grande investimento na avaliação formativa como forma de chegar a uma avaliação sumativa, mas devidamente fundamentada, e que retrate os processos de aprendizagem dos alunos. Há conceitos novos neste processo, muito interessantes, e eu penso que os docentes vão ter interesse e contribuir para a melhoria das práticas nas escolas.

**Maria Helena Horta:** **Em relação à inclusão, que vocês também já foram referindo no vosso discurso, relativamente à inclusão de todos, de todos os alunos e dos seus interesses, inclusivamente das necessidades dos docentes, que também se encara como fator de inclusão, mas sabendo das dificuldades encontradas no terreno pelos agentes educativos, não têm receio que a inclusão seja só uma repetição da integração? Ou até uma utopia nas condições atuais da educação em Portugal? Como é que vêm a inclusão no âmbito do decreto-lei n.º 54/2018, de 6 de julho?**

**Nídia Amaro:** A inclusão não acontece com nenhum decreto-lei se não houver mentalização para essa realidade. Poderíamos referir também as condições para a inclusão, mas relativamente às condições, faço o mesmo paralelismo que fiz com a folha de papel de cenário e o computador. As condições somos nós que as criamos. Eu penso que a questão da inclusão é de facto uma questão de mentalidade e de aprendizagem: de professores, de funcionários, de alunos e de encarregados de educação. Neste momento, considero que a nossa escola ainda não é inclusiva, apesar de eu considerar que o trabalho que fazemos intramuros é inclusivo e porquê? Porque, quando um encarregado de educação questiona a gestão...porquê é que a turma do seu filho tem um aluno com o problema x, com o problema y, ou com o problema z, seja ele um problema diagnosticado de necessidades especiais de educação, ou seja puramente um problema de comportamento desajustado, quando ainda há um encarregado de educação que ainda me pergunta isto, eu posso estar a tentar construir uma escola inclusiva numa sociedade que não é inclusiva, o que é muito difícil. Mas não posso esperar o contrário, que venha da sociedade para a escola. Temos de trabalhar para que vá da escola para a sociedade. Nesse sentido considero-me satisfeita porque penso que aqui conseguimos fazer ,de facto, esse trabalho. Os nossos alunos lidam com os pares que têm necessidades especiais de educação mais profundas ou menos profundas com a maior das naturalidades. Ao nível dos alunos não há discriminação e ao nível do corpo docente e não docente também não. É obvio que não se pode dizer que eles são tratados de igual forma. Eles não são tratados de igual forma. São-lhes dadas iguais oportunidades adequadas ao seu estado individual. Relativamente ao que o decreto-lei n.º 54/2018 trouxe de novo a este processo? Até agora, face ao que estou a dizer, nada! Sempre fizemos assim. Mas a novidade é que todos os alunos podem ter necessidades especiais de educação, mesmo que numa fase transitória e não permanente. Para mim, a grande mais-valia do decreto-lei n.º 54/2018 é poder ver cada aluno como uma individualidade, com as suas necessidades naquele momento e responder àquele aluno, naquele momento, sem necessidade de que elas sejam para a

vida. As medidas universais, de facto, vieram pôr isso em cima da mesa e vieram fazer com que todos os professores pensassem muito mais nas medidas para os alunos do que o anterior decreto-lei n.º 3/2008, que deixam isso um pouco para o professor de educação especial. Todas as turmas deste agrupamento têm um professor de educação especial de referência, tenham ou não alunos com medidas universais, seletivas e/ou adicionais em determinado momento, porque o conselho de turma necessita de ter aquele especialista em quem se apoie, em caso de necessidade, para proporcionar uma resposta educativa diferente àquela turma ou àquele grupo num determinado momento. Os nossos alunos, praticam natação como desporto escolar, mas também temos como desporto escolar a natação adaptada, além de outros desportos que também são adaptados, para os alunos com medidas seletivas e/ou adicionais. Temos os alunos dos cursos de desporto a organizar estas atividades para eles e para os colegas da educação especial. Depois, o que procuramos, é que os alunos se sintam cada vez mais iguais aos outros, dentro da sua diferença, mas com as mesmas oportunidades. Para todas estas atividades são necessários transportes adaptados, que são garantidos pela câmara municipal, que é um parceiro de excelência.

**Olga Ludovico:** Acrescento ao que a Nídia disse que todos os alunos que precisam têm uma auxiliar a acompanhá-los e a apoiá-los diariamente enquanto estão na escola. Podemos não ter pessoal para outras situações, mas para estes alunos nunca lhes falta apoio, porque sabemos que eles têm essa necessidade permanente.

**Nídia Amaro:** Temos duas unidades para alunos com espectro de autismo. Estes alunos necessitam de uma rotina muito estruturada, pelo que fazemos o seguinte: quando o aluno muda de ciclo, se muda do 1.º para o 2.º CEB, a funcionária que tem como referência no 1.º CEB vai continuar com ele. Não é o aluno que muda de referência, é a funcionária que muda de local de trabalho. A formação para pessoal docente e não docente, especialmente para pessoal não docente, que temos feito aqui, e que tem sido muita a este nível, também se revela de extrema importância para o trabalho de excelência que procuramos desenvolver, porque algumas pessoas não sabem

como hão de lidar com estas situações. Por isso promovemos reuniões multidisciplinares que, conforme a necessidade, fazemos relativamente a um caso específico. Reunimos com o médico, com o terapeuta, com a enfermeira, com as pessoas envolvidas para que todos nos sintamos seguros e desenvolvamos a ação mais adequada a cada caso.

**Maria Helena Horta: Uma última questão: se cada uma de vós fosse Ministra da Educação na atual conjuntura, que medidas tomariam?**

**Nídia Amaro:** Acima de tudo, trataria bem os professores. Porque o trabalho que fazemos aqui no agrupamento para conseguir superar a insatisfação que, quer queiramos quer não, existe no corpo docente, relativamente às suas condições de trabalho e de salário, é com base em muita motivação e apoio entre os profissionais para conseguir superar isso. Como Ministra da Educação, ouviria os professores e tratá-los ia bem. O que é que isto muda? No meu agrupamento mudava qualquer coisa, mas pouco, porque felizmente conseguimos motivar as pessoas e fazê-las esquecer de tudo isto quando pensam num projeto motivador, quando pensam nos alunos que precisam delas, quando dão tudo a cada aluno e eu vejo isso na ação diária da maioria dos meus professores.

**Maria Helena Horta: Provavelmente, facilitar-vos-ia mais o trabalho?**

**Nídia Amaro:** Facilitaria, exatamente. Facilitaria porque, mesmo aqueles que se motivam e se dedicam muito, quando há uma situação que não é muito agradável (não couberam na quota de muito bom ou excelente da avaliação de desempenho, ou quando, -nalgum dia que não lhe correu tão bem se lembram - estou aqui a trabalhar e não tenho nenhuma recompensa por isso), nós não teríamos de gastar muito do nosso tempo para lhes dar atenção e apoio. Eu penso que todos nós só conseguimos dar o nosso melhor se estivermos felizes e, neste momento, o que faz feliz os professores são os alunos e o sucesso dos alunos, não é o Ministério da Educação. Portanto, se fosse ministra procuraria ter os professores mais felizes.

**Olga Ludovico:** Se eu tivesse algum poder neste macro sistema, aquilo que eu faria era reduzir a carga horária dos professores. Penso que isso faria toda a diferença. Porquê? Porque, neste contexto de mudan-

ça, os professores já não são meros executores do currículo, os professores são construtores do currículo, e têm de preparar as suas aulas, não só a partir de um manual, mas de imensos outros recursos. Os professores precisam de tempo para isso, tempo para pensar o que vão ensinar, como vão ensinar, como vão avaliar, conhecer as novas regras de avaliação. Fala-se muito em avaliação formativa, mas isso requer tempo por parte dos professores, para dar *feedback* aos alunos. Seria essencial, num passo seguinte do ministério, reduzir a carga horária de trabalho dos professores. Eu acho que o trabalho com os alunos ia melhorar e o bem-estar geral das pessoas também.

**Catherine Simonot:** A articulação neste sistema, que é extremamente exigente, importa que venha de alguém que tem uma perspetiva global e capacidade de liderança.

**Olga Ludovico:** Sim, o trabalho de proximidade e acompanhamento, por parte da direção, é fundamental!

**Nídia Amaro:** E aproveitar todas as oportunidades para melhorar! A minha carta de missão, na recondução para o meu segundo mandato, onde são apresentados os objetivos para esse período, e que teve início em janeiro deste ano, e que será a linha de orientação do próximo Projeto Educativo tem sete compromissos, que estão de acordo com tudo o que vos temos vindo a falar e que fundamentam a nossa ação: o primeiro são documentos estruturantes do

agrupamento, havendo uma lógica entre os vários documentos, desde o Projeto Educativo, ao Plano Anual de Atividades, ao Plano de Turma, ao Regulamento Interno; o segundo compromisso é com o sucesso de todos e para todos, em que não se pensa só no sucesso académico, mas na criação de um ensino de qualidade e na promoção e integração plena dos alunos, para aumentar o sucesso e diminuir a taxa de absentismo e a saída precoce da escolaridade; o terceiro compromisso é a estratégia de educação para a cidadania e inclusão; o quarto é a projeção do agrupamento, de parcerias e de trabalho em rede, e aqui agradecemos muito o facto de nos terem escolhido para esta entrevista porque, quer queiramos quer não, reforça a parceria que já temos com a Universidade do Algarve e reforça também a projeção do agrupamento; o quinto é a estabilidade, a eficácia e a eficiência da gestão do agrupamento, que é muito importante; o sexto é a valorização do capital humano e a otimização da comunicação: tudo isto que temos estado aqui a falar, de formação, de dar voz aos pais, de dar voz aos auxiliares, de dar voz aos alunos, de dar voz aos professores, entra dentro deste compromisso; e, por último, a qualidade do serviço educativo, na medida em que quando olhamos para nós próprios, para programar a ação futura, estamos a fazer uma autoavaliação com base na análise do que fizemos no ano anterior. ■